

Parecer nº 136/98

Data: 1998.10.21

Processo nº 423

Reclamante: Carlos Manuel Moreira Ribeiro

Entidade Reclamada: Escola C+S Martim de Freitas

I - Os Factos

Carlos Manuel Moreira Ribeiro, identificado no processo, solicitou ao Conselho Directivo da Escola C+S Martim de Freitas, por fax e por carta datados respectivamente, de 28 de Maio e 14 de Junho de 1998, informação sobre o escalão e o índice de vencimento de professora daquela escola, sua ex-mulher, por se encontrar pendente processo judicial entre ambos, interposto pela sua ex-mulher, com vista ao aumento da pensão de alimentos ao filho menor.

Em resposta, o Conselho Directivo da Escola C+S Martim de Freitas enviou dois ofícios, sem data e sem numero.

Num deles referia que:

“Daremos todas as informações que forem necessárias, desde que sejam pedidas por qualquer tribunal que tenha processo pendente, a fim de esclarecer dúvidas existentes no respectivo processo”.

No outro, transcrevia o seguinte despacho exarado sobre o requerimento do ora reclamante:

“ Considerando que:

- os elementos referidos não dizem directamente respeito a V. Exa, ou seja, não são pessoais.

- apenas dizem respeito a uma professora do Quadro desta Escola e da sua vida privada.
- este assunto foi colocado à visada, por mais que uma vez, e que a mesma informou não permitir a divulgação de tais dados.

Foi indeferido o requerido“.

Perante o indeferimento expresso, o interessado apresentou na CADA, com data de entrada de 17 de Julho de 1998, reclamação, com base no nº 4 do artigo 15 da Lei 65/93 de 26 de Agosto.

II - O Direito

Na falta de datas nos ofícios dirigidos pela Escola C+S Martim de Freitas ao reclamante, tomou-se como verdadeira a informação do requerente pelo que se considera ter sido respeitado o disposto no nº1 do artigo 16º da Lei 65/93.

No que se refere à informação solicitada pelo reclamante, o Conselho Directivo da Escola C+S Martim de Freitas ao referir, no despacho ao requerimento apresentado, que os dados solicitados se referem “ à vida privada de um professor desta Escola “ e que colocado o assunto á visada, “ a mesma informou não permitir a divulgação de tais dados“, considerou implicitamente, que estava perante documentos nominativos.

Ora nos termos do Decreto-Lei nº 408/89 de 18 de Novembro, os dados solicitados são do conhecimento público, porquanto, o nº4 do artigo 9º do referido Decreto-Lei refere que “Trimestralmente será afixada nas Direcções Regionais de Educação a listagem dos docente que progridam de escalão”.

Esta listagem, conforme se depreende do referido decreto-lei, estabelece uma relação directa entre escalão da carreira docente e escala indiciaria de remunerações.

Acresce também referir que, anualmente, a Direcção-Geral da Contabilidade Pública envia uma circular a todos os departamentos do Estado, nas quais se incluem as Escolas, para efeitos de processamento de vencimentos de harmonia com os novos valores do índice 100.

III - Parecer

Assim, não estando em causa informações sobre a pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidos pela reserva da intimidade da vida privada, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos delibera dar parecer favorável à reclamação apresentada.

Lisboa, 21 de Outubro de 1998.

Gameiro dos Santos (Relator) - *Vasco Almeida* - *Francisco de Brito* - *José Renato Gonçalves* - *Branca do Amaral* - *João Labescat* - *Castro Martins* (Presidente).